



Em tempo: o vereador José Guedes convidou os vereadores para observar a Praça do Senai e solicitou ao Senhor Presidente que peça ao prefeito que determine à construtora responsável que conserte urgentemente porque a reforma custou aproximadamente 700 mil reais, o que é uma vergonha para a prefeitura. O vereador Marcelino Antônio Edwirges informou quanto à sua fala sobre o transporte escolar que há uma pausa na ata e ficou parecendo que pediu para parar de transportar. Esclareceu que solicitou que transportem os alunos cumprindo as regras do Contran. Acrescentou que este tipo de transporte não é mais barato, custa o mesmo preço da passagem normal, assim, devem cumprir o que determina o Contran. \_\_\_\_\_

Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia doze de abril de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Secretário determinou a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia cinco de abril de dois mil e onze. Em discussão, os vereadores José Guedes e Marcelino Antônio Edwirges solicitaram a retificação da mesma. Em votação, foi aprovada. O Plenário, conforme solicitação dos vereadores José Guedes e Renato Faria Silva, permaneceu um minuto em silêncio em homenagem à Sra. Maria Mozelli e às vítimas do massacre no Rio de Janeiro. O vereador Renato Faria Silva solicitou à Casa que analise a possibilidade de enviar mensagem ao Senado Federal



apoiando iniciativa do senador Renan Calheiros de defender plebiscito para o desarmamento. O vereador Luciano Vitor Gomes solicitou aos vereadores que respeitassem os momentos próprios para realizar discussões porque precisa se retirar mais cedo por causa de um compromisso em Belo Horizonte. Deixou claro que é de forma democrática e sem fazer patrulhamento político a ninguém. Proferiu leitura das correspondências: 1) Ofício do Sr. José Genaro Linhares, Presidente da Associação Comunitária Bosque Residencial do Jambreiro. Assunto: fechamento do retorno junto à Barreira. O vereador Luciano sugeriu que cheguem mais cedo na próxima terça-feira e façam uma reflexão sobre o assunto. O Senhor Presidente relatou que a próxima correspondência é uma nota de desagravo do Secretário Flávio de Almeida a respeito de uma correspondência protocolada na semana passada, disse que a Casa o respeita muito, e lerá todas as correspondências devidamente protocoladas. O vereador Luciano Vitor Gomes esclareceu, conforme consta em ata, que somente leu a dita correspondência quando foi devidamente protocolada na Secretaria da Casa; 2) “À Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima Nesta At.: Sr. Nélio Aurélio de Souza DD. Presidente Nota de Desagravo. Em razão do manifesto insinuação criminosa proferida pelo Sr. Lauro Alves Garcia, através de documento encaminhado à esta casa e lido em reunião plenária ocorrida em 05 do corrente mês, venho pela presente nota, manifestar meu repúdio à forma em que meu nome foi citado na referida carta. A falsa e absurda ligação de minha pessoa à reportagem realizada pela TV Alterosa, onde se reporta uma onda de ocupações irregulares em área de proteção na Serra da Moeda, feita pelo Sr. Lauro Alves Garcia, ultrapassa todos os limites da irresponsabilidade e da ilegalidade. Caberá aos órgãos competentes a devida sanção pelas práticas pessoais e não deliberada



acusação e insinuações maliciosas, injúrias e difamantes apresentadas por este cidadão. A alegação de que minha propriedade “serviu de base para movimentação de material e invasões que construíram, irregularmente, cercas e casas nos lotes vizinhos”, tem como único e exclusivo objetivo de macular a reputação e a vida pública deste que vos fala, reputação esta pautada pela honestidade e pelos princípios éticos. O intuito destas acusações é meramente política. O Direito de Propriedade é garantido pelo art. 5º, inciso XXII da Constituição Federal. É o direito de usar, gozar e usufruir de determinado bem. A cessão da área de minha propriedade para fins de locação de materiais de construção, jamais serviu para viabilizar atos contrários às leis, tais como invasões. Vale registrar aos nobres vereadores que me conhecem e sabem da minha conduta ilibada, de que estive nesta Casa por três legislaturas, dando mostras de que vale a pena ser político e honesto. Continuarei a lutar e a repudiar contra qualquer ação que me difame, especialmente quando vindo de pessoas sem isenção de interesses particulares e imparciais. Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente, Flávio de Almeida”. O Senhor Secretário e o Senhor Presidente comunicaram que a nota de desagravo foi lida e registrada na íntegra. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.141/2011, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, modificando, criando e/ou excluindo as unidades administrativas e cargos em comissão infradescritos, integrantes da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, SEMSA, além de dar outras providências”. O vereador José Raimundo Martins falou que está estarecido, pois foram criados dezenove cargos de Chefe de Divisão com vencimentos de 1.800 reais, dezesseis cargos de Gerente de



Saúde com vencimentos de 3.300 reais, entre outros, representando 250 mil de aumento. Indagou sobre as outras secretarias e afirmou que não fica à vontade para votar sem maiores esclarecimentos. O Senhor Presidente lembrou que o projeto não é de urgência e as comissões terão o prazo que necessitarem. Projeto encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Marcelino Antônio Edwirges perguntou se há outros projetos parados na Casa, pois existem proposições de extrema importância para a comunidade nova-limense. Solicitou que conversem na próxima terça-feira antes da reunião. O Senhor Presidente informou que o projeto da reforma administrativa foi desmembrado em vários que foram encaminhados aos gabinetes. Prosseguindo, solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.134/2011, que “Revoga a Lei Municipal nº 1.971 de 29/12/2006, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.136/2011, que “Altera no que determina a Lei Municipal 1.877 de 20/09/2005, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Marcelino Antônio Edwirges declarou que este é um dos projetos de grande alcance social, trata-se do aumento do benefício concedido pelo Programa Vida Nova. Solicitou à Casa a dispensa do interstício quando votarem para acelerar o processo porque há muita gente esperando. Salientou que a emenda proposta é simples e pede que qualquer aumento no valor do benefício passe pelo Legislativo; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.138/2011, que “Dispõe sobre a



regulamentação da publicidade nos terrenos que margeiam as rodovias que cortam o município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão do Meio Ambiente. O vereador Marcelino Antônio Edwirges lembrou o autor de uma conversa que tiveram e solicitou a ele que analise o projeto quanto à distância proposta. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2011, que “Aprova as contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2009”. Em única votação. Em discussão, o vereador José Guedes expôs que, infelizmente, é obrigado a votar contra porque nunca teve acesso às documentações solicitadas da prefeitura. O vereador Luciano Vitor Gomes manifestou seu voto a favor, uma vez que as contas foram enviadas pelo Tribunal de Contas e sanadas algumas irregularidades. O vereador Marcelino Antônio Edwirges ressaltou que erro material não é irregularidade e também vota a favor. O vereador Sandro Lima acompanhou o voto favorável do Secretário e do presidente da Comissão de Orçamento, frisando que as contas vieram com o parecer favorável do Tribunal de Contas. Aprovado por 08 votos favoráveis, um contrário do vereador José Guedes e encaminhado à promulgação; 2) Projeto de Lei nº 1.131/2011, que “Define critérios para nomeação e exercício dos cargos de Secretários do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação. O Senhor Presidente informou que há uma emenda do vereador Ronaldo Gonçalves Marques incluindo parágrafo 2º ao art. 1º com a redação: “Não se aplica o disposto no referido artigo àqueles que embora condenados nos moldes apresentados, tenham passado pelo sistema de ressocialização e reintegrado à sociedade. Em discussão, o autor da emenda falou



que o projeto é maravilhoso e vai garantir que o ocupante de cargos importantes no município tenha a ficha limpa. Relatou que a emenda proposta visa valorizar o importante serviço prestado pelas Apacs, principalmente a de Nova Lima, considerada exemplo em todo Brasil, além de incentivar e estimular aqueles que buscam se redimir dos erros, se recuperando e buscando conviver em paz. O vereador Luciano Vitor Gomes comunicou que o vereador Cássio Magnani Júnior, relator da Comissão de Legislação e Justiça, detectou um possível problema no art. 1º do projeto. Como autor da proposição solicitou sua retirada de pauta para análise. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques retirou a emenda; 3) Projeto de Lei nº 1.133/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Jardim Canadá. Em primeira votação, aprovado por 09 votos. O vereador Luciano Vitor Gomes solicitou ao Senhor Presidente que nomeasse um secretário ad hoc e justificou sua saída antes do término da reunião. O vereador José Guedes relatou que no jornal Mãos à Obra do último sábado há a manchete “Destino do esgoto de Nova Lima aguarda votação na Câmara. Projeto de lei está na Câmara Municipal desde maio do ano passado”. Contou que já perguntou várias vezes ao ex-presidente Ronaldo se este projeto se encontra na Câmara e ele sempre disse que não. Disse que a prefeitura deve ter mais responsabilidade e está errada por noticiar uma manchete mentirosa, jogando o povo contra a Câmara. O Senhor Presidente lembrou que isto não é brincadeira, o ex-presidente falou que não está na Casa e reafirma que esse projeto nunca chegou na Câmara. O vereador Luciano Vitor Gomes recordou que já disse que nunca teve acesso a esse projeto; afirmou que acredita que o ex-presidente e o atual jamais deixariam de passar um assunto de tamanha



importância aos gabinetes, e considera que a matéria deve estar com alguma falha. Em seguida, se retirou. O Senhor Presidente convidou o vereador Ronaldo Gonçalves Marques para atuar como Secretário Ad hoc. Na seqüência, solicitou a leitura dos requerimentos: 1) Autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza: “... é o presente para requerer ao Poder Executivo que determine ao Secretário de Saúde que designe profissional habilitado e vinculado ao quadro de carreira do município para que avalie os cidadãos nova-limenses que se vincularem aos clubes Canto do Rio Futebol Clube, Continental Futebol Club, Montanhês Futebol Clube, Morro Velho Futebol Clube, Nacional Futebol Clube, Resplendor Futebol Clube e Terra Dourada Futebol Clube...”. Em discussão, o vereador Ailton Soares Amaral parabenizou o autor pelo requerimento e solicitou fossem acrescentados os outros times amadores filiados à Liga. O vereador José Guedes parabenizou o autor e comungou com a fala do vereador Ailton. O Senhor Presidente comunicou que a assessoria vai incluir os demais times no requerimento e esclareceu que não houve discriminação, apenas citou aquelas equipes que o procuraram. Aprovado por 08 votos, com a solicitação do vereador Ailton Soares Amaral; 2) Autoria do vereador Luciano Vitor Gomes, corroborado pelos vereadores Marcelino Antônio Edwirges, José Raimundo Martins, Ronaldo Gonçalves Marques, Ailton Soares Amaral e Cássio Magnani Júnior para que a Casa apresente condolências à família da Sra. Maria Mozelli Pires Couto. Em discussão, o vereador José Raimundo Martins sugeriu à Mesa que retirassem o requerimento e fizessem uma moção de pesar à família, em nome da Câmara. O Senhor Presidente lembrou que um dos autores, o vereador Luck, está ausente e não pode retirar o requerimento, mas há a possibilidade de completar, fazendo um mais robusto, com palavras de consolo à família. O vereador



José Guedes solicitou incluísse o nome dele. Aprovado por 08 votos; 3) Autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza: “... Que o Poder Executivo determine à secretaria competente que inste junto à entidade beneficiada sobre qual a destinação será dada ao imóvel constituído de área de 9.750 m<sup>2</sup>, objeto de doação condicional e específica à instituição de ensino Instituto Metodista Izabela Hendrix, conforme disposto nas Leis Municipais 1.832 e 1.833, ambas de 04 de outubro de 2004, 1.196 de 12 de abril de 1988 e 1.097 de 31 de maio de 1985...”. Em discussão, o autor recordou que este requerimento já foi feito umas duas vezes e espera que agora o Executivo responda. Lembrou que a doação ao Izabela Hendrix foi votada em 2004, estabelecendo um compromisso com o município de no mínimo oito anos. Falou que eles possuem uma área caríssima e simplesmente foram embora de Nova Lima, prejudicando os munícipes. O vereador Renato Faria Silva afirmou que não pôde se manifestar nas correspondências por causa do pedido do vereador Luck, mas diante da situação do Izabela Hendrix, coloca sua indignação, opinião e posição para a sociedade nova-limense. Falou da ocupação desleal do território municipal feita por condomínios e empresas; e que tem denunciado quase que solitariamente a questão dos condomínios e a transformação do centro antigo num gueto. Ressaltou que a questão do uso e ocupação de solo em Nova Lima está uma vergonha, estão privatizando a cidade, chegam, recebem doações com nome de função social, como o Izabela Hendrix que recebeu uma área nobre nas Seis Pistas, dizem que vão fazer e acontecer, enrolam, para depois vender por alto preço. Salientou que privatizaram o Morro do Elefante, a Mata Samuel de Paula, o Poço dos Malucos e estão privatizando tudo em Nova Lima; devem tomar uma atitude contra a privatização do território nova-limense. Disse que algumas





empresas, apertadas pelo Ministério Público, estão devolvendo terrenos. Relatou que leram uma correspondência dizendo que não pode fechar o retorno de seis às nove horas para o povo do centro velho passar na barreira, manifestou que não deviam nem lê-la porque é a minoria querendo sobrepor à maioria. Quanto aos condomínios que vieram antes das leis ambientais, falou que podem pedir apenas medida compensatória, como o Extra construiu a trincheira, o Leroy Merlin edificou a alcinha, ao contrário do Vale dos Cristais que causou grande impacto e não fez nem o trevo. Registrou que fica indignado com esses condomínios que instalam cancela e pedem aos cidadãos nova-limenses que se identifiquem ao passar, citou como exemplo o Ouro Velho que quer colocar cancela no caminho do loteação e ninguém fala nada, ficam todos calados. Comunicou que está sozinho, mas está falando das doações irresponsáveis e utilizando todos os espaços para denunciar, foi no Eduardo Costa e hoje está no 'Hoje em Dia', coluna do Márcio. Quanto à correspondência referente ao ex-vereador e Secretário, afirmou que Flávio é responsável e sério, foi companheiro deles na Casa e sempre teve um comportamento sério. Relatou que no dia em que o Padre Pidio ameaçou invadir Água Limpa, ficou sabendo por companheiros do PT de Belo Horizonte, falou com o prefeito e o Flávio, que mobilizou a Guarda Municipal até o local. Declarou que o Flávio não é invasor de terra, devem defendê-lo, pois ele é guardião, Secretário de Segurança e faz um ótimo trabalho. Frisou que acabou a conversa fiada, devem defender o camarada, senão não vale a pena ser homem público, e não vai se calar nem se omitir com relação a condomínio e ao companheiro honesto e sério que está na política. Deixou claro que não é contra condomínios, apesar de serem ilegais porque a lei federal proíbe condomínio horizontal e só autoriza vertical, mas já que eles existem que invistam em algo para o



povo. O vereador Marcelino Antônio Edwirges disse que, apesar de não ter sido nomeado líder do governo, vai defendê-lo e destacou que a doação ao Izabela não foi feita pelo atual prefeito. Quanto ao acordo entre o Ministério Público e o Executivo, esclareceu que foi benéfico para o município e não ocorreu por causa de alguma irregularidade. Disse que não apenas Nova Lima, mas todos os municípios de Minas Gerais sempre incentivaram a geração de emprego e renda, assim, as doações se basearam neste critério. Ressaltou, para não ficar parecendo que as doações foram ilegais, que muitas empresas que receberam terreno estão atualmente gerando emprego e renda para o município. Lembrou que quando empresários recebem benefícios de cidades vizinhas, preferem ir para outro município e Nova Lima deixa de recolher impostos e gerar empregos. Informou que perdemos empresários para Rio Acima que concedeu várias isenções e está doando terrenos. Reafirmou que as doações foram feitas dentro do critério de geração de emprego e renda para o município. O vereador Cássio Magnani Júnior lembrou ao vereador Renato que reiteradamente defende estas questões, visto que sempre gritou alto, muitas vezes sozinho, nas apreciações de projetos com empreendimentos de impacto ambiental, adensamento populacional e verticalização porque considera que é um processo criminoso contra o município. Recordou que em dezembro foi o único que votou contra a verticalização que começa no Esopo e vai até a trincheira. Afirmou que não aceita quando o vereador Renato diz que ninguém fala nada, pois é uma bandeira que defende e não se cala porque sempre considerou impróprio este tipo de ocupação. Quanto ao Izabela, contou que brigou com o reitor do educandário quando ele veio à Casa ladeado e carregado por alguns vereadores, porque viu que a doação era indevida e criminosa. Salientou que devem ser combativos,



corajosos e arrojados nos momentos das votações, ocasião em que devem defender o interesse público e lutar por Nova Lima. Relatou que votou contra o AlphaVille porque considera aquela lagoa uma riqueza natural e um bem da humanidade que não pode ser entregue a meia dúzia de pessoas. Declarou que traz estes conceitos permanentemente consigo, acha que todos deveriam trazer principalmente nas votações, quando os encaminhamentos são outros. O vereador José Guedes discordou do vereador Tatico e disse que ele não está lutando sozinho. Recordou quanto ao Izabela Hendrix, que já fez requerimento, assim como o vereador Nélio, e até hoje o prefeito não respondeu. Afirmou que é um absurdo o Executivo não respeitar nem os nove vereadores de sustentação. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques afirmou que a questão do uso e ocupação do solo é polêmica e concorda com a preocupação dos vereadores. Quanto ao ex-vereador Flávio, falou que jamais poderia se omitir em defesa do amigo, a quem conhecem muito bem, com sua maneira de trabalhar e defender a coisa pública. Contou que testemunhou o desespero que ele ficou quando foi lida a correspondência onde foi taxado como ponto chave para invasões em Água Limpa. Esclareceu que pelo fato de ele ter comprado legalmente uma área de terreno não significa que estimulou a ocupação desordenada. Disse que o Presidente agiu corretamente quando mandou ler porque foi protocolado na Casa, mas precisam ter consciência e defender, pois o Flávio não tem nenhuma culpa das invasões. Quanto ao requerimento, informou que é muito procedente, deve ser reiterado o pedido ao Executivo para que preste informação e tome as devidas providências. O vereador José Raimundo Martins rogou, com todo respeito, ao Senhor Presidente e à Mesa Diretora que a Casa se pautasse no Regimento Interno, pois começa uma coisa e vira teatro na outra; precisam de atitude, não de palavras.



Afirmou que gostaria que doravante as coisas tivessem uma melhor ordem. Lembrou que se o requerimento já foi várias vezes e não mereceu resposta do prefeito, devem ingressar no Ministério Público para fortalecer a solicitação de retomar o imóvel. O Senhor Presidente afirmou que o vereador José Raimundo Martins ocupou a cadeira da presidência por várias vezes com democracia, tranquilidade e brilhantismo. Informou que pensaria na sugestão dele; registrou que procura ser extremamente democrático quanto aos debates na Casa porque acredita que são importantes e representam a oportunidade para o povo se inteirar das discussões feitas pelo Legislativo. Relatou que trabalha o máximo pela Câmara, mas se a Casa entender que não é o ideal, vai cumprir à risca o Regimento Interno. O vereador Marcelino Antônio Edwirges registrou, com relação à fala do vereador Zuca, que o prefeito está novamente abrindo um canal de comunicação com a Câmara para, todo mês, conversar com os vereadores. Salientou que este é o caminho certo e é extremamente importante que todos participem. Disse que não adianta ficar fazendo bonito na Casa e na hora de pôr a cara à tapa ninguém colocar, assim, devem aproveitar esse canal para cobrar e falar para o prefeito que querem atitude. O vereador José Guedes indagou ao Senhor Presidente qual o valor do terreno do Izabela. O Senhor Presidente respondeu que vale entre trinta e quarenta milhões. O vereador José Guedes parabenizou o colega Zuca pela proposta de ingressarem no Ministério Público. Requerimento aprovado por 08 votos. O Senhor Presidente observou que o Izabela Hendrix deveria cumprir a carência de oito anos e não sair do município. Recordou que foi votado em 2004, vence em 2012 e ainda há prazo para recorrerem. Quanto ao Secretário de Segurança, Flávio de Almeida, falou que concorda plenamente com o que os vereadores disseram dele, já esteve na Casa



várias vezes, é uma pessoa do bem e direita. Esclareceu que não pode se furtar de ler as correspondências protocoladas, independente de quem sejam; 4) Autoria do vereador Ronaldo Gonçalves Marques: “... Que o Sr. Prefeito determine em regime de urgência medidas necessárias ao atendimento da Comunidade da Rua José de Oliveira Júnior, cuja solicitação e abaixo-assinado segue anexo. Ressalta-se que fica sem efeito o item 6º da solicitação, uma vez que a iluminação pretendida já está sendo executada...”. Em discussão, o autor manifestou que o requerimento é em respeito à comunidade ordeira da rua que dá acesso ao Cemitério Parque. Mencionou algumas solicitações inclusas no documento anexo: poda preventiva de árvores, supressão daquelas que oferecem riscos, asfaltamento, construção de passeios, serviço de capina e varrição, instalação de sinalização indicativa de mão e contramão; ressaltou que as reivindicações são corroboradas pela administração do cemitério. Relatou que junto ao requerimento encontra-se abaixo-assinado autenticado em cartório, feito com carinho e zelo pela comunidade. Rogou aos pares o voto favorável. O vereador José Guedes propôs emenda para que a prefeitura faça constantemente uma limpeza na rua localizada atrás do hospital, onde descem pedras, cascalho e areia do campo do Rosário. Aprovado por 08 votos, com a emenda do vereador José Guedes. O vereador Marcelino Antônio Edwirges propôs que a Casa encaminhe ofício ao Executivo e à Secretaria de Segurança e Trânsito solicitando que a Lei 1.922/2006 seja cumprida na íntegra. Esclareceu que a lei trata da presença obrigatória da Guarda Municipal nas escolas da rede municipal e estadual de ensino. Contou que recebeu algumas professoras das escolas Josefina Wanderlei Azevedo, Flory Wanderlei e Carlos Henrique Roscoe extremamente preocupadas por causa do ocorrido no Rio de Janeiro. Frisou que se trata de uma lei e



deve ser cumprida. Aprovado por 08 votos. O vereador José Guedes propôs que a Casa reitere requerimento há muito tempo feito pelo vereador Marcelino para que a prefeitura nivele os bueiros em toda cidade, principalmente na Rua Albertina Lopes Guimarães, local em que ocorreu aquele triste episódio. Aprovado por 07 votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_